



POLÍTICA PÚBLICA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE AS RESISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SANTOS, Ailla Costa¹
SOUZA, Anatalia Oliveira de²

Grupo de Trabalho (GT): GT 1 – Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

Este trabalho analisa aspectos de uma escola municipal da Educação do Campo, localizada em Jequié-BA, com foco nas políticas públicas e nas diretrizes legais que regem essa modalidade educacional, especialmente no que se refere à formação de professores. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica, pesquisa de campo e análise documental. Os resultados revelam que, embora haja respaldo legal por meio de resoluções e marcos normativos, a realidade da escola investigada ainda enfrenta sérias dificuldades estruturais, como infraestrutura precária, alta rotatividade docente e ausência de formação continuada específica. Conclui-se que a efetivação da Educação do Campo depende tanto do fortalecimento das políticas públicas quanto do reconhecimento da centralidade dos sujeitos do campo na construção de práticas educacionais que respeitem suas particularidades e garantam sua permanência nas escolas com dignidade.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Formação Continuada. Identidade camponesa.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é entendida como uma construção histórico-política resultante das lutas dos movimentos sociais e das populações camponesas brasileiras, que reivindicam o direito a uma educação pública de qualidade e comprometida com as realidades do campo. Longe de constituir apenas uma modalidade administrativa dentro do sistema educacional, ela representa uma concepção de educação pautada na valorização da diversidade epistemológica, dos saberes tradicionais e na afirmação identitária dos sujeitos do campo, confrontando a hegemonia das matrizes urbanocêntricas³ e homogeneizadoras que historicamente invisibilizam as especificidades rurais. A promulgação da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, ao estabelecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, configurou um marco regulatório fundamental para o reconhecimento formal dessa modalidade, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a ressignificação curricular e para a construção de práticas pedagógicas enraizadas nos modos de vida camponeses.

Nesse contexto, a presente investigação propõe-se a analisar como as políticas públicas e a formação continuada de professores refletem a realidade de uma escola

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: aillacosta24@gmail.com.

² Universidade Estadual Do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: oliveiraanatalia356@gmail.com.

³ No contexto educacional e social, refere-se a uma visão que privilegia o espaço urbano como centro de desenvolvimento, modernidade e oportunidades, em detrimento do meio rural, visto como atrasado ou defasado.





municipal da Educação do Campo no município de Jequié-BA, a Escola Municipal José do Vale, nome fictício atribuído para preservar a identidade da unidade educativa situada em território rural. Escola essa que fica localizada no município de Jequié-BA, cidade de altitude semiárida, com presença de assentamentos, o campo representa uma parcela do tecido social local. Metodologicamente, a pesquisa assume um enfoque qualitativo, de caráter exploratório, fundamentado na análise documental, na revisão de literatura e na coleta e interpretação de materiais informativos produzidos no âmbito local. Esse percurso metodológico permite a construção de uma abordagem integrada, que entrelaça os marcos normativos com os indicadores educacionais e as narrativas comunitárias.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar como as políticas públicas e a formação continuada de professores refletem a realidade de uma escola municipal da Educação do Campo no município de Jequié-BA.

Objetivos Específicos:

- Investigar as condições estruturais, pedagógicas e formativas da Escola Municipal José do Vale, localizada no município de Jequié-BA;
- Compreender como as diretrizes legais e normativas se materializam na prática educacional da escola do campo analisada;
- Identificar os principais obstáculos enfrentados pelas(os) docentes no exercício da docência em contextos rurais, com ênfase na formação continuada;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao analisarmos o cenário legislativo da Educação do Campo, nota-se que apesar do esvaziamento e descontinuidade das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, essa modalidade é amparada por marcos legais que reconhecem suas especificidades e buscam garantir o direito à educação com equidade para populações rurais. No plano federal, o artigo 206 da Constituição de 1988, o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 constituem um conjunto de normativas que asseguram esse reconhecimento,





orientando que as escolas do campo considerem as particularidades socioculturais e econômicas das comunidades onde estão inseridas.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica de Jequié, a Lei nº 1.130/1990, avança ao prever adaptações curriculares específicas para a zona rural, como a possibilidade de um calendário escolar mais flexível, a inclusão de conteúdos voltados às técnicas agrícolas, à cultura local e à educação ambiental. Essa legislação também garante uma gratificação específica para os professores que atuam nas escolas do campo, reconhecendo os desafios enfrentados por esses profissionais. Além disso, a lei propõe mecanismos de gestão democrática, como a constituição do Conselho Municipal de Educação com a participação de representantes das comunidades rurais, reforçando a importância da escuta e da valorização dos sujeitos do campo na construção de políticas públicas educacionais mais justas e efetivas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo (Brasil, 2002; 2008) foram construídas com a intenção de reconhecer e valorizar os saberes das comunidades rurais, suas práticas tradicionais, a agroecologia e as manifestações culturais locais. Em Jequié, apesar da existência de equívocos e descompasso com a Educação do Campo, essas diretrizes têm servido de inspiração para práticas pedagógicas que buscam respeitar a realidade dos estudantes do campo. Um exemplo disso é a adoção da Pedagogia da Alternância, que propõe uma alternância entre períodos de formação na escola e momentos de vivência e aprendizado na comunidade, além da multisseriação, prática comum nas escolas do campo, onde turmas com diferentes idades e anos escolares compartilham o mesmo espaço de aprendizagem.

Na Escola Municipal José do Vale, localizada em um assentamento, esse movimento ganha forma concreta com a realização de atividades ligadas à vida do campo, como o cultivo de hortas pedagógicas. Essas práticas estão diretamente associadas ao calendário agrícola da região e se integram ao cotidiano escolar como uma ferramenta de ensino interdisciplinar, que articula conteúdos de ciências, meio ambiente, cultura e identidade local. Esse olhar mais integrado sobre o conhecimento reforça o compromisso com uma educação do campo que faz sentido para quem a vive. Nessa perspectiva,

Nossa proposta é pensar a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado





desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico (Caldart, 2004, p. 12)

Essa concepção desloca o eixo da reflexão para uma perspectiva contra-hegemônica, na qual a educação não é apenas um direito formalmente assegurado, mas uma construção política vinculada aos interesses e às lutas históricas dos sujeitos do campo. Nesse horizonte, trata-se de conceber a educação a partir da particularidade das experiências camponesas, compreendendo que os trabalhadores e trabalhadoras rurais não são meros receptores de políticas educacionais, mas protagonistas de um projeto de formação gestado em suas práticas, saberes e resistências. Dito isso, Caldart (2004, p. 10) aponta que:

O desafio teórico atual é o de construir o paradigma (contra-hegemônico) da Educação do Campo: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que, ainda que de forma limitada e muitas vezes desarticulada, algumas iniciativas vêm sendo implementadas com vistas à valorização da escola do campo. Nas escolas do campo no município de Jequié, programas locais e estaduais têm sido desenvolvidos com o objetivo de atender às especificidades dessas comunidades e promover a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Este trabalho possui abordagem qualitativa. Sobre essa abordagem, Minayo (2001, p. 21) ressalta que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos”. Assim, esse estudo é fruto de uma articulação entre a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Sobre a pesquisa documental, Godoy (1995, p. 21) afirma que esse tipo de pesquisa possui um caráter inovador “(...) trazendo contribuições importantes no estudo





de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial (...). Para tanto, foram utilizados documentos oficiais, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 e as Resolução CNE/CEB nº 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Em conjunto com a pesquisa documental, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para por meio de produções acadêmicas de referência, como Caldart (2004).

Por fim, realizamos uma pesquisa de campo e para coleta das informações foi utilizada a observação na Escola Municipal José do Vale, nome fictício, situada em um assentamento do município. Sobre essa técnica, Eiterer e Medeiros (2001, p. 27) afirmam que “na pesquisa em educação, é um procedimento que possibilita ao pesquisador um significativo contato com as situações no próprio contexto em que elas ocorrem, enquanto ocorrem”. Dessa forma, durante o período de observação, foram coletados dados sobre a estrutura física da escola e o contexto educacional. Esse percurso permitiu entrelaçar dados normativos e contextuais, possibilitando uma análise entre as diretrizes educacionais e o cotidiano da Educação do Campo.

RESULTADOS

A Escola Municipal José do Vale está situada a cerca de 7 km da zona urbana de Jequié-BA, e atende aproximadamente 50 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Embora pequena, essa escola carrega uma enorme representatividade para a comunidade local, sendo um espaço de resistência. No entanto, enfrenta percalços que ameaçam sua permanência e a qualidade do ensino ofertado. A estrutura física da escola é precária, o terreno é irregular e há uma carência visível de investimentos em infraestrutura básica como água potável, energia estável e saneamento. Essas condições colocam em risco o direito fundamental à educação em um ambiente digno e seguro.

A dinâmica escolar é marcada pela multisseriação, uma única professora atende turmas da pré-escola ao 5º ano, exigindo um preparo pedagógico diferenciado, que nem sempre é garantido. A alta rotatividade docente acentua esse problema, visto que em apenas um ano, a escola passou por cinco trocas de professores, dificultando a construção de vínculos pedagógicos com os estudantes, desestruturando o planejamento





coletivo da escola e causando rupturas nos processos de aprendizagem dos estudantes. Essa instabilidade reflete a ausência de políticas robustas de formação, valorização e permanência dos(as) educadores(as) nas escolas do campo.

Frente a esse quadro, é necessário destacarmos que dentre as dificuldades temos a falta de infraestrutura básica, desvalorização docente, currículos que ainda refletem uma lógica urbana e não consideram os saberes e práticas do campo, além da fragilidade na governança e na efetivação das políticas públicas previstas nas normativas legislativas. Mas também existem caminhos possíveis e reais, como fortalecer a participação comunitária na construção e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), garantir orçamento específico para a Educação do Campo e consolidar parcerias entre universidade, prefeitura e movimentos sociais. São essas iniciativas que podem sustentar uma escola do campo transformadora e enraizada no território.

Posto isso, no nosso município após movimentos, o que temos de iniciativas para a formação docente, é a licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), colaborando para a qualificação de docentes que aponte as necessidades e potencialidades que a Educação do Campo de forma fundamentada e sistematizada. No entanto, apesar de ser um progresso para o professor do campo, essa formação continuada não atende a todos os profissionais da rede. Para superar esse histórico, são necessárias parcerias mais amplas entre universidade, secretaria municipal, conselhos e movimentos sociais. Programas como o PROCAMPO⁴ poderiam fortalecer licenciaturas camponesas e ampliar o corpo docente comprometido com as realidades desse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada na Escola Municipal José do Vale revela que ainda há um longo caminho para garantir uma Educação do Campo que seja, de fato, comprometida com as realidades e necessidades das comunidades rurais. Apesar dos avanços nas legislações e diretrizes que reconhecem o campo como espaço legítimo de saberes, a prática mostra que muitas vezes esses direitos não chegam até o chão da escola.

⁴ Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, é um programa do Ministério da Educação (MEC) que visa formar professores para atuarem na educação do campo, ou seja, em escolas localizadas em áreas rurais. O programa oferece cursos de licenciatura em diversas áreas do conhecimento, com foco na realidade e necessidades específicas das comunidades rurais.





Problemas como a precariedade da infraestrutura, a alta rotatividade de professores e a ausência de formação continuada específica impactam diretamente a qualidade do ensino.

Por outro lado, as iniciativas pedagógicas que valorizam o território, os saberes locais e a participação da comunidade apontam que há resistência, criatividade e força para transformar. Garantir uma Educação do Campo viva e significativa exige mais que boas intenções, requer políticas públicas e, acima de tudo, o reconhecimento de que os sujeitos do campo têm voz, história e o direito de aprender de forma sistematizada e conectada com sua realidade. É nessa escuta atenta e nesse compromisso coletivo que podemos construir uma escola humana e digna para a população do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

JEQUIÉ. Lei nº 1.130 de 1990. **Lei Orgânica do Município**. Jequié, BA, 1990.

CALDART, Roseli Salete. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de Azevedo de (org.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo: cadernos da licenciatura em Educação do Campo*. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2004.

EITERER, Carmen Lúcia; MEDEIROS, Zulmira; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; COSTA, Tânia Margarida Lima (Org). Metodologia de pesquisa em educação. Belo Horizonte : UFMG, Faculdade de Educação, 2010. 48 p. – (Núcleo de integração)
MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2001.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

